

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA  
NO DIA VINTE E SETE DE MAIO  
DE DOIS MIL E DEZ \*\*\***

No dia vinte e sete de Maio de dois mil e dez, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paulo Ramalheira Teixeira, Judite Manuela de Castro Rocha Quintas, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e José Manuel Moreira de Carvalho. \*\*\*

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Adão Manuel Alves dos Santos. \*\*\*

Eram dez horas e quarenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. \*\*\*

Faltou por motivo justificado o Vereador Rui César de Sousa Albergaria e Castro. \*\*\*

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA \*\*\***

Iniciada a reunião o Presidente da Câmara deu conhecimento do convite da ACUP de Castelo de Paiva, para participação no 8º aniversário da Associação e 10º do Monumento, que decorrerá no próximo dia 6 de Junho e do convite do Sporting Clube Paivense, para a cerimónia de despedida da época e entrega de galardões aos treinadores das várias equipas, que decorrerá no próximo dia 30 de Maio, pelas 15.30h. Informou que no dia de amanhã, pelas 14.00h, terá início a IV Feira Social, com uma sessão solene a realizar no Salão Nobre da Câmara Municipal, onde estará presente a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Dr.<sup>a</sup> Idália Moniz, a Directora do Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, o Governador Civil do Distrito de Aveiro, José Mota, entre outros convidados. É uma iniciativa que decorrerá durante todo o fim-de-semana e que constitui uma mostra daquilo que de bom se faz no Concelho na área social.\*\*\*

Referiu que no passado dia 23, juntamente com o Vereador José Manuel Carvalho, esteve presente na cerimónia de tomada de posse dos dois novos Adjuntos dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva, acto que foi também mais uma demonstração da força, da união e do grande espírito de serviço daquela Instituição. \*\*\*

A Senhora Vereadora Vanessa Pereira informou que o Vereador Rui César Castro não pôde comparecer na reunião por motivos profissionais, solicitando por isso a justificação da falta. Referiu que a semana que passou foi repleta de notícias nacionais que tiveram reflexos no Concelho. No País ouvimos o Senhor Presidente da República a pedir aos empresários para investirem, e nessa mesma semana ouvimos o Governo suspender o PME Invest V e deixar cair oito medidas entre elas os apoios aos trabalhadores em Lay-off. Foi uma semana em que os trabalhadores da Ilpe Ibérica entraram em greve como forma de protesto pelo atraso no pagamento dos salários do mês de Abril. O lay off da Global termina no final do próximo mês e não se sabe o que irá acontecer. Deu os parabéns aos dois Adjuntos empossados nos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva, Associação que tem um trabalho extraordinário no Concelho. Referiu que andava preocupada, na medida em que lhe parecia que se estava a efectuar uma campanha de desvalorização das IPSS. A Feira Social é sem dúvida extraordinária e entende que se deve dar o valor a todas as pessoas que trabalham nas IPSS atentos os sacrifícios a que estão sujeitos. Por fim pergunta qual o ponto de situação da água e da estrada do Choupelo. \*\*\*

O Vereador Paulo Teixeira referiu que no ano transacto foi presente a reunião o Orçamento da Feira Social, o que agora não aconteceu, pelo que, solicita informação sobre o valor da feira deste ano. Perguntou se houve algum problema com o responsável da Protecção Civil (Vice-Presidente da Câmara Municipal) uma vez que não esteve presente na cerimónia ocorrida nos Bombeiros. Perguntou o que está projectado para o S. João de 2010, se está prevista alguma cerimónia para o feriado Municipal, e qual o orçamento. Pergunta o que se passou relativamente ao protocolo com o Centrum-F. Face ao referido na

última reunião relativamente ao Bar do Castelo, pergunta se já foi consultada a Junta de Freguesia de Fornos e se já pode ser indicado o valor salarial do lugar de Arquitecto \*\*\*

O Presidente da Câmara referiu que partilha das preocupações da Vereadora, face ao que está a acontecer com o grupo Investbar. São situações complicadas para as quais a Câmara Municipal tem estado atenta e a acompanhar a situação, nomeadamente na prestação do apoio social que seja necessário. Relativamente à realização da Feira Social é inquestionável a consideração existente para com as IPSS do Concelho e a feira é uma mostra da qualidade e a valia do trabalho realizado pelas IPSS do Concelho. Encontra-se em curso a colocação de uma conduta de água em S. Martinho e outra em Ourais, que são prioritárias, e após a conclusão das mesmas será solucionada a questão da água no Choupelo que se arrasta há vários anos. A intervenção na estrada municipal naquele lugar, necessária como em muitas outras sem conservação há longo tempo, terá de ser paralela à intervenção da EM 504, uma vez que não foi incluída nesta empreitada. Os custos com a Feira Social consubstanciam-se no aluguer dos stands, na realização de alguns transportes e tudo o restante se resume a apoio logístico. O Vice-Presidente da Câmara não pôde estar presente na cerimónia dos Bombeiros por compromissos pessoais já anteriormente assumidos para aquele dia. O valor das festividades do S. João será trazido para conhecimento numa próxima reunião, todavia é um valor inferior ao do ano transacto, nomeadamente em termos de custo com iluminação, que foi reduzido para metade. A situação do protocolo com o Centrum-F foi suscitada na sequência de anúncios espalhados pela Vila, oferecendo o fornecimento, como qualquer restaurante e por valor determinado, de refeições diárias à população em geral, servidas no Bar da Biblioteca Municipal. Das diligências efectuadas, nomeadamente junto dos Serviços da Câmara e da própria colectividade, concluiu-se pela inexistência em arquivo, nem na posse desta última, de qualquer protocolo celebrado. A Junta de Freguesia de Fornos não foi formalmente ouvida relativamente ao concurso do Bar do Castelo, tendo todavia contactado, pelo telefone,

o respectivo Presidente, que mostrou total receptividade e concordância com o processo que está em curso, bem como para colaborar na melhoria do espaço e equipamentos, encontrados em estado de grande degradação. \*\*\*

O Vereador José Manuel Carvalho referiu que o valor do vencimento do arquitecto está dependente da negociação salarial. Tratando-se de um funcionário sem vínculo à administração pública, e a exemplo de casos anteriores, a Câmara Municipal propor-lhe-á o valor correspondente à primeira posição remuneratória prevista na lei, que neste caso é de 1.201,48 euros. Se for alguém já com vínculo, esse valor será superior e de acordo com a posição remuneratória que já detenha. \*\*\*

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA. \*\*\***

##### **1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA. \*\*\***

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 26 de Maio de 2010, cujo saldo totaliza a quantia de 1.755.859,35 euros.\*\*\*

##### **2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17/05/2010. APROVAÇÃO. \*\*\***

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.\*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.\*\*\*

##### **3. – FEIRA DO VINHO VERDE. EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE, MERCHANDISING E ANIMAÇÃO SONORA. \*\*\***

Presente ofício da Associação Industrial e Comercial de Castelo de Paiva a solicitar a cedência da exploração da publicidade, merchandising e animação sonora da XIII Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Artesanato e Gastronomia, no âmbito do protocolo de colaboração celebrado com o Município para projecto do Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio – MODCOM. \*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a pretensão durante a realização

da Feira, no âmbito do protocolo celebrado e aprovado por deliberação de 23 de Setembro de 2009. \*\*\*

#### **4. – FEIRA DO OUTLET. OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA NO LARGO DO CONDE. \*\*\***

Presente ofício da Associação Industrial e Comercial de Castelo de Paiva, a solicitar a ocupação do espaço do domínio público, no Largo do Conde, junto à Praça da Independência, para realização de uma feira de outlet, nos dias 9, 10 e 11 de Julho, integrada no âmbito do projecto do Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio – MODCOM, com o objectivo de promover e dinamizar o Centro Urbano.\*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a pretensão, nos dias indicados, no âmbito do protocolo celebrado e aprovado por deliberação de 23 de Setembro de 2009. \*\*\*

#### **5. – EXPLANADA DE VERÃO. OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA NO LARGO DO CONDE. \*\*\***

Presente ofício da Associação Industrial e Comercial de Castelo de Paiva, a solicitar autorização para ocupação do espaço do domínio público no Largo do Conde, junto à Praça da Independência, para instalação e funcionamento de esplanada de Verão, com bar, mesas, cadeiras, guarda sois e duas casas de banho amovíveis, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro do corrente ano.\*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a pretensão. \*\*\*

#### **6. – PATRIMÓNIO. \*\*\***

##### **6.1 – PAVILHÃO DESPORTIVO DE CRUZ DA CARREIRA. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO. \*\*\***

Presente os termos de concessão de exploração do pavilhão desportivo de Cruz da Carreira, do seguinte teor: “TERMOS DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DE CRUZ DA CARREIRA. **OBJECTO:** 1 - O objecto do contrato consiste, na CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DE CRUZ DA CARREIRA, sito na Cruz da Carreira, freguesia de San-

ta Maria de Sardoura, Castelo de Paiva. 2 - No referido Pavilhão o concessionário pode explorar a prática de actividades desportivas, de acordo com o Regulamento Municipal aplicável. **PRAZO:** A concessão da exploração objecto do contrato será feita pelo período de dez anos consecutivos, com início no dia imediato ao do termo das obras de adaptação. **PAGAMENTOS:** 1 – O valor da renda mensal da concessão é pago na Tesouraria da Câmara Municipal no primeiro dia útil do mês anterior a que respeitar. 2 - O não cumprimento das condições de pagamento concede à Câmara Municipal o direito de cobrar os respectivos juros de mora e de rescindir unilateralmente o contrato, aplicando-se o previsto no nº.6 da “Rescisão do Contrato”, sem direito a qualquer indemnização ao concessionário pelas obras e benfeitorias que tenha realizado no Pavilhão. **CONTRATO:** 1 - O contrato de concessão é regulado pelo direito público, com expressa exclusão do regime do arrendamento urbano. 2 - O contrato considera-se automaticamente denunciado no final do período de concessão, sem necessidade de aviso prévio. **RESCISÃO DO CONTRATO:** 1 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. 2 - O concessionário fica com a faculdade de denunciar unilateralmente o contrato a todo o tempo, com a antecedência mínima de sessenta dias. 3 - A Câmara Municipal reserva o direito de, em qualquer altura, rescindir unilateralmente o contrato em caso de violação grave ou reiterada das obrigações a que o concessionário fica sujeito, sem direito a qualquer indemnização. 4- A rescisão prevista no número anterior, notificada por carta registada com aviso de recepção, implica a restituição imediata das instalações do Pavilhão, não podendo o concessionário invocar qualquer direito de retenção sobre as mesmas instalações. 5 - A Câmara Municipal reserva o direito de rescindir unilateralmente o contrato no interesse do Município, mediante a comunicação prévia, dirigida por escrito ao concessionário com antecedência mínima de trinta dias, e o pagamento de justa indemnização calculada em função do tempo que decorreria até ao termo do prazo da conces-

são e das obras e benfeitorias que aquele tenha realizado no Pavilhão. 6 – No termo do contrato, por findo o período da concessão ou por rescisão prevista neste caderno de encargos, todas as obras e benfeitorias realizadas pelo concessionário reverterem integralmente para o Município, sem qualquer encargo para este, com excepção da rescisão por interesse do concessionante a que se refere o número anterior. **CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL:** O concessionário não pode ceder a sua posição contratual nem qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato. **CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:** 1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, com excepção do pagamento das importâncias relativas à concessão. 2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. **ENCARGOS:** Todas as despesas emergentes da celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário. **OBRAS DE ADAPTAÇÃO:** 1 – O concessionário obriga-se a realizar obras de adaptação do recinto de jogos do Pavilhão Desportivo, as quais se consubstanciam na substituição do relvado sintético existente por um novo, na beneficiação dos balneários e na colocação de novas redes de vedação do recinto desportivo. 2 – Os trabalhos de adaptação referidos, cuja execução não resultará qualquer encargo para a Câmara Municipal, serão concluídos num prazo a definir pela Câmara Municipal. 3 – O pavimento sintético a aplicar obedecerá às condições técnicas e características a definir pela Câmara Municipal. A sua instalação far-se-á segundo as especificações técnicas e será fiscalizada pela Câmara Municipal. 4 – O pavimento sintético permanecerá instalado após o termo do contrato, conforme previsto no n.º 6 de “Rescisão do Contrato”, não podendo, após a sua aplicação, ser substituído ou alterado, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Câmara Municipal. 5 – A Câmara Municipal poderá permitir ao concessionário, quando solicitadas e devidamente descritas e justificadas, a realização de outras obras de beneficiação no Pavilhão, aplicando-se às

mesmas o nº.6 de “Rescisão do Contrato”. **APETRECHAMENTO DO PAVILHÃO:** 1 - O concessionário pode utilizar, no interior do Pavilhão, o equipamento nele existente, que lhe for entregue juntamente com as instalações, e compromete-se a substituir as balizas existentes, bem como proceder a colocação de bancos para as equipas (bancos dos suplentes). 2 – No termo da concessão, o concessionário devolverá à Câmara Municipal o equipamento referido no número anterior no estado de conservação em que o recebeu, ou, assim não sendo, substitui-lo-á por outro de iguais características e qualidade em estado novo. 3 – É da responsabilidade do concessionário a aquisição de outro equipamento que entenda necessário ao desenvolvimento da sua actividade. 4 – O equipamento a instalar deverá ser submetido a prévia aprovação da Câmara Municipal, e cumprirá as normas técnicas e de segurança aplicável. **CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO:** 1 – O período diário de funcionamento limitar-se-á entre as 09.00 horas e as 24.00 horas. 2 – Em casos excepcionais devidamente fundamentados, e mediante prévia autorização da Câmara Municipal, os limites previstos no número anterior poderão ser alargados, salvaguardando-se sempre a segurança, o sossego e a tranquilidade das pessoas. 3 – O concessionário obriga-se a manter o pavilhão aberto ao público, em conformidade com os fins a que se destina, durante o horário que estabelecer enquadrado no período referido no n.º 1. 4 – O horário de funcionamento manter-se-á permanentemente afixado à entrada do Pavilhão, bem visível do exterior, e será sempre comunicado à Câmara Municipal. 5 – O tempo de ocupação para a realização de torneios não pode ser superior a onze horas semanais, que poderá ser alargado pela Câmara Municipal, em situações devidamente fundamentadas, mediante solicitação do concessionário. 6 – Excepcionalmente, e carecendo de autorização da Câmara Municipal, poderão realizar-se espectáculos musicais e eventos de carácter estritamente cultural, em número nunca superior a seis por cada ano de concessão. 7 – Em todo o material de promoção e divulgação dos eventos a realizar, o concessionário obriga-se a inserir a seguinte mensagem encimada com o brasão ou logótipo do Município. “Instalações propriedade do



Município de Castelo de Paiva”. 8 – Nas instalações objecto do contrato não pode o concessionário colocar quaisquer nomes, símbolos, anúncios, publicidade e outros elementos semelhantes, sem prévia autorização da Câmara Municipal. 9 – O concessionário obriga-se a explorar o Pavilhão nos termos adequados aos fins a que se destina, bem como a manter um serviço de qualidade que sirva o interesse dos utentes, podendo a Câmara Municipal, para o efeito, transmitir instruções genéricas que entenda convenientes. 10 – O concessionário fica obrigado a manter as instalações, o equipamento e o espaço exterior em permanente estado de limpeza, asseio e higiene, bem como a depositar os lixos, detritos e desperdícios resultantes da sua actividade nos locais e nas condições determinadas pela Câmara Municipal. 11 – Não é permitido ao concessionário ocupar os espaços exteriores do Pavilhão sem prévia autorização da Câmara Municipal. 12 – Não é permitido o comércio ou transacção de quaisquer produtos nas instalações do Pavilhão, nem no espaço exterior que lhe está adstrito, podendo contudo o concessionário instalar um serviço de bar mediante a prévia autorização da Câmara Municipal, e explorá-lo ele próprio durante o horário de funcionamento do Pavilhão, cumprindo todas as normas legais em vigor, incluindo as aplicáveis aos recintos desportivos e licenciamento de estabelecimentos deste género. 13 – Os encargos e os consumos de electricidade, água e de telecomunicações são integralmente suportados pelo concessionário. 14 – O concessionário obriga-se a efectuar e a manter, nos termos da lei, o seguro de acidentes pessoais para todos os praticantes que utilizem o Pavilhão. 15 – O concessionário pela exploração fica sujeito ao cumprimento, e obriga-se a fazer cumprir pelos utentes, de todas as disposições legais que sejam aplicáveis aos recintos desportivos, à prática das modalidades desportivas e às actividades desenvolvidas no Pavilhão, incluindo as normas de incidência fiscal, sanitária e de segurança. 16 – O preço/hora a cobrar pelo concessionário aos utilizadores do Pavilhão não pode ultrapassar, com o IVA incluído, o valor de € 25,00 no primeiro ano, sendo aceite nos anos subsequentes aumentos em função do índice de inflação verificada nos últimos meses. 17 –

Os escalões de Formação das colectividades desportivas do concelho beneficiam da redução de 50% no preço/hora previsto no número anterior, quando a utilização do Pavilhão ocorra no período compreendido entre as 09.00 horas e as 18.00 horas. 18 – A fixação do valor de outras importâncias a cobrar pelo concessionário não previstas nos números anteriores, como as relativas às inscrições em torneios ou á entrada dos espectadores, acresce do prévio parecer favorável da Câmara Municipal. 19 – Estão isentas do pagamento de quaisquer importâncias, até ao limite de quatro horas semanais, as escolas do ensino básico até ao 4.º ano de escolaridade, desde que a utilização ocorra dentro do horário diário e dos períodos anuais das respectivas aulas escolares. 20 – A tabela das importâncias a cobrar pela utilização do Pavilhão ou pelo ingresso nas instalações, que incluirá a referência às suas isenções, será afixada no local e nos termos previstos no n.º 4 deste artigo, e dela constará se as mesmas importâncias estão ou não sujeitas a IVA. **CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES:** 1 - O concessionário obriga-se a zelar pelo bom estado de conservação das instalações do Pavilhão, sendo do seu encargo a sua permanente manutenção e conservação, e da sua responsabilidade a reparação dos eventuais danos nelas causados. 2 - O concessionário não pode realizar nas instalações do Pavilhão quaisquer obras de adaptação, beneficiação ou transformação, sem expresse consentimento da Câmara Municipal dado por escrito. 3 - Findo o contrato por qualquer forma aqui prevista, o concessionário fica obrigado a entregar as instalações nas condições de conservação em que se encontrava aquando da adjudicação da concessão. **FISCALIZAÇÃO:** Fica expressamente salvaguardado o direito de fiscalização da Câmara Municipal de Castelo de Paiva sobre o concessionário, no âmbito das competências que a lei lhe confere.” \*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar os termos da concessão propostos, e requerer à Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea q) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, a autorização para concessionar tal exploração nos termos aprovados. \*\*\*

## **6.2 – PAVILHÃO DESPORTIVO DO COUTO MINEIRO. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO. \*\*\***

Presente os termos de concessão de exploração do pavilhão desportivo do Couto Mineiro, do seguinte teor: “**TERMOS DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DO COUTO MINEIRO. OBJECTO:** 1 - O objecto do contrato consiste, na CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DO COUTO MINEIRO, sito Portela, freguesia de Raiva, Castelo de Paiva. 2 - No referido Pavilhão o concessionário pode explorar a prática de actividades desportivas, de acordo com o Regulamento Municipal aplicável. **PRAZO:** A concessão da exploração objecto do contrato será feita pelo período de dez anos consecutivos, a contar da data da assinatura do contrato de concessão. **PAGAMENTOS:** 1 – O valor da renda mensal da concessão é pago na Tesouraria da Câmara Municipal no primeiro dia útil do mês anterior a que respeitar. 2 - O não cumprimento das condições de pagamento concede à Câmara Municipal o direito de cobrar os respectivos juros de mora e de rescindir unilateralmente o contrato, aplicando-se o previsto no nº.6 da “Rescisão do Contrato”, sem direito a qualquer indemnização ao concessionário pelas obras e benfeitorias que tenha realizado no Pavilhão. **CONTRATO:** 1 - O contrato de concessão é regulado pelo direito público, com expressa exclusão do regime do arrendamento urbano. 2 - O contrato considera-se automaticamente denunciado no final do período de concessão, sem necessidade de aviso prévio. **RESCISÃO DO CONTRATO:** 1 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. 2 - O concessionário fica com a faculdade de denunciar unilateralmente o contrato a todo o tempo, com a antecedência mínima de sessenta dias. 3 - A Câmara Municipal reserva o direito de, em qualquer altura, rescindir unilateralmente o contrato em caso de violação grave ou reiterada das obrigações a que o concessionário fica sujeito, sem direito a qualquer indemnização. 4- A rescisão prevista no número anterior, notificada por carta registada

com aviso de recepção, implica a restituição imediata das instalações do Pavilhão, não podendo o concessionário invocar qualquer direito de retenção sobre as mesmas instalações. 5 - A Câmara Municipal reserva o direito de rescindir unilateralmente o contrato no interesse do Município, mediante a comunicação prévia, dirigida por escrito ao concessionário com antecedência mínima de trinta dias, e o pagamento de justa indemnização calculada em função do tempo que decorreria até ao termo do prazo da concessão e das obras e benfeitorias que aquele tenha realizado no Pavilhão. 6 – No termo do contrato, por fim do período da concessão ou por rescisão prevista neste caderno de encargos, todas as obras e benfeitorias realizadas pelo concessionário reverterem integralmente para o Município, sem qualquer encargo para este, com excepção da rescisão por interesse do concessionante a que se refere o número anterior. **CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL:** O concessionário não pode ceder a sua posição contratual nem qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato. **CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:** 1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, com excepção do pagamento das importâncias relativas à concessão. 2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. **ENCARGOS:** Todas as despesas emergentes da celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário. **APETRECHAMENTO DO PAVILHÃO:** 1 - O concessionário pode utilizar, no interior do Pavilhão, o equipamento nele existente, que lhe for entregue juntamente com as instalações, e compromete-se a instalar, no exterior, uma bomba circuladora (bomba de pressão) de água. 2 – No termo da concessão, o concessionário devolverá à Câmara Municipal o equipamento referido no número anterior no estado de conservação em que o recebeu, ou, assim não sendo, substituí-lo-á por outro de iguais características e qualidade em estado novo. 3 – É da responsabilidade do concessionário a aquisição de outro equipamento que entenda necessário ao desenvolvimento da

sua actividade. 4 – O equipamento a instalar deverá ser submetido a prévia aprovação da Câmara Municipal, e cumprirá as normas técnicas e de segurança aplicável. **CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO:** 1 – O período diário de funcionamento limitar-se-á entre as 09.00 horas e as 24.00 horas. 2 – Em casos excepcionais devidamente fundamentados, e mediante prévia autorização da Câmara Municipal, os limites previstos no número anterior poderão ser alargados, salvaguardando-se sempre a segurança, o sossego e a tranquilidade das pessoas. 3 – O concessionário obriga-se a manter o pavilhão aberto ao público, em conformidade com os fins a que se destina, durante o horário que estabelecer enquadrado no período referido no n.º 1. 4 – O horário de funcionamento manter-se-á permanentemente afixado à entrada do Pavilhão, bem visível do exterior, e será sempre comunicado à Câmara Municipal. 5 – O tempo de ocupação para a realização de torneios não pode ser superior a onze horas semanais, que poderá ser alargado pela Câmara Municipal, em situações devidamente fundamentadas, mediante solicitação do concessionário. 6 – Excepcionalmente, e carecendo de autorização da Câmara Municipal, poderão realizar-se espectáculos musicais e eventos de carácter estritamente cultural, em número nunca superior a seis por cada ano de concessão. 7 – Em todo o material de promoção e divulgação dos eventos a realizar, o concessionário obriga-se a inserir a seguinte mensagem encimada com o brasão ou logótipo do Município. “Instalações propriedade do Município de Castelo de Paiva”. 8 – Nas instalações objecto do contrato não pode o concessionário colocar quaisquer nomes, símbolos, anúncios, publicidade e outros elementos semelhantes, sem prévia autorização da Câmara Municipal. 9 – O concessionário obriga-se a explorar o Pavilhão nos termos adequados aos fins a que se destina, bem como a manter um serviço de qualidade que sirva o interesse dos utentes, podendo a Câmara Municipal, para o efeito, transmitir instruções genéricas que entenda convenientes. 10 – O concessionário fica obrigado a manter as instalações, o equipamento e o espaço exterior em permanente estado de limpeza, asseio e higiene, bem como a depositar os lixos, detritos e desperdícios resultantes da sua

actividade nos locais e nas condições determinadas pela Câmara Municipal. 11 – Não é permitido ao concessionário ocupar os espaços exteriores do Pavilhão sem prévia autorização da Câmara Municipal. 12 – Não é permitido o comércio ou transacção de quaisquer produtos nas instalações do Pavilhão, nem no espaço exterior que lhe está adstrito, podendo contudo o concessionário instalar um serviço de bar mediante a prévia autorização da Câmara Municipal, e explorá-lo ele próprio durante o horário de funcionamento do Pavilhão, cumprindo todas as normas legais em vigor, incluindo as aplicáveis aos recintos desportivos e licenciamento de estabelecimentos deste género. 13 – Os encargos e os consumos de electricidade, água e de telecomunicações são integralmente suportados pelo concessionário. 14 – O concessionário obriga-se a efectuar e a manter, nos termos da lei, o seguro de acidentes pessoais para todos os praticantes que utilizem o Pavilhão. 15 – O concessionário pela exploração fica sujeito ao cumprimento, e obriga-se a fazer cumprir pelos utentes, de todas as disposições legais que sejam aplicáveis aos recintos desportivos, à prática das modalidades desportivas e às actividades desenvolvidas no Pavilhão, incluindo as normas de incidência fiscal, sanitária e de segurança. 16 – O preço/hora a cobrar pelo concessionário aos utilizadores do Pavilhão não pode ultrapassar, com o IVA incluído e no primeiro ano, o valor de € 25,00 na nave e € 12,50 no ginásio, sendo aceite nos anos subsequentes aumentos em função do índice de inflação verificada nos últimos meses. 17 – Os escalões de Formação das colectividades desportivas do concelho beneficiam da redução de 50% no preço/hora previsto no número anterior, quando a utilização do Pavilhão ocorra no período compreendido entre as 09.00 horas e as 18.00 horas. 18 – A fixação do valor de outras importâncias a cobrar pelo concessionário não previstas nos números anteriores, como as relativas às inscrições em torneios ou á entrada dos espectadores, acresce do prévio parecer favorável da Câmara Municipal. 19 – Estão isentas do pagamento de quaisquer importâncias, até ao limite de quatro horas semanais, as escolas do ensino básico até ao 4.º ano de escolaridade, desde que a utilização ocorra dentro do horário

diário e dos períodos anuais das respectivas aulas escolares. 20 – A tabela das importâncias a cobrar pela utilização do Pavilhão ou pelo ingresso nas instalações, que incluirá a referência às suas isenções, será afixada no local e nos termos previstos no n.º 4 deste artigo, e dela constará se as mesmas importâncias estão ou não sujeitas a IVA. **CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES:** 1 - O concessionário obriga-se a zelar pelo bom estado de conservação das instalações do Pavilhão, sendo do seu encargo a sua permanente manutenção e conservação, e da sua responsabilidade a reparação dos eventuais danos nelas causados. 2 - O concessionário não pode realizar nas instalações do Pavilhão quaisquer obras de adaptação, beneficiação ou transformação, sem expresse consentimento da Câmara Municipal dado por escrito. 3 - Findo o contrato por qualquer forma aqui prevista, o concessionário fica obrigado a entregar as instalações nas condições de conservação em que se encontrava aquando da adjudicação da concessão. **FISCALIZAÇÃO:** Fica expressamente salvaguardado o direito de fiscalização da Câmara Municipal de Castelo de Paiva sobre o concessionário, no âmbito das competências que a lei lhe confere.” \*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar os termos da concessão propostos, e requerer à Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea q) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, a autorização para concessionar tal exploração nos termos aprovados. \*\*\*

#### **7. - OBRAS MUNICIPAIS. \*\*\***

Não foram apresentados assuntos neste ponto.\*\*\*

#### **8- OBRAS PARTICULARES. \*\*\***

##### **8.1 – PROCESSO 34/2010 – MANUEL SOARES DA SILVA E OUTRA. \*\*\***

Presente o processo em epígrafe instruído com a seguinte informação do Gabinete Jurídico: “Face ao teor da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 28 de Fevereiro de 2007, e após deslocação ao local onde se pretende levar a cabo a operação urbanística, cumpre-nos informar o seguinte: Pre-

viamente a qualquer análise deverão os Serviços da DPUH, informar se a pretensão urbanística se situa dentro ou fora de área edificada consolidada.\*\*\*

Obtida essa análise, caso a pretensão esteja dentro da área edificada consolidada não será de aplicar qualquer das condicionantes decorrentes deste artigo 16º. Não estando dir-se-á: o prédio onde se pretende efectuar a edificação encontra-se marginado por um caminho público, uma edificação e terrenos florestais. Trata-se de um terreno com um ligeiro declive, ao qual era dado um uso florestal, existindo no mesmo, vegetação rasteira e eucaliptos (cfr. fotografias da folha 24). Nos prédios vizinhos a vegetação existente é essencialmente florestal, constituída por eucaliptos e vegetação rasteira. O caminho supra referido encontram-se devidamente pavimentado a betuminoso, possui uma largura de cerca de 5,00 m, possibilitando por isso com relativa facilidade o acesso a pessoas e veículos. Circulação essa que será primordial em caso de ocorrência de um eventual incêndio, permitindo o livre acesso às viaturas de combate ao mesmo. Num raio de cerca de 100 metros existem cerca de 5 edificações. Da análise efectuada, podemos concluir que o local aparentemente apresenta risco de incêndio, no entanto propõe-se, em caso de deliberação favorável à pretensão, que nos lados confrontantes com a floresta seja criada uma faixa de interrupção de combustível com uma largura nunca inferior a 10 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais.” \*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, impor que se respeite uma faixa de interrupção de combustível com uma largura nunca inferior a 10 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais, conforme proposto na informação. \*\*\*

## **8.2 – PROCESSO 55/2010 – IVO ANDRÉ DA CRUZ LOUREIRO. \*\*\***

Presente o processo em epígrafe instruído com a seguinte informação do Gabinete Jurídico: “Face ao teor da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 28 de



Fevereiro de 2007, e após deslocação ao local onde se pretende levar a cabo a operação urbanística, cumpre-nos informar o seguinte: Previamente a qualquer análise deverão os Serviços da DPUH informar se a pretensão urbanística se situa dentro ou fora de área edificada consolidada. Obtida essa análise, caso a pretensão esteja dentro da área edificada consolidada não será de aplicar qualquer das condicionantes decorrentes deste artigo 16º. Não estando, dir-se-á: o prédio onde se pretende efectuar a edificação, encontra-se marginado por um caminho público e terrenos florestais. Trata-se de um terreno com um declive acentuado, ao qual era dado um uso florestal, existindo no mesmo, vegetação rasteira (cfr. fotografias em anexo). Nos prédios vizinhos a vegetação existente é essencialmente florestal, constituída por eucaliptos e vegetação rasteira. O caminho supra referido encontram-se devidamente pavimentado a betuminoso, possui uma largura de cerca de 5,00 m, possibilitando por isso com relativa facilidade o acesso a pessoas e veículos. Circulação essa que será primordial em caso de ocorrência de um eventual incêndio, permitindo o livre acesso às viaturas de combate ao mesmo. Num raio de cerca de 100 metros existem cerca de 5 edificações. Da análise efectuada, podemos concluir que o local aparentemente apresenta risco de incêndio, no entanto propõe-se, em caso de deliberação favorável à pretensão, que nos lados confrontantes com a floresta seja criada uma faixa de interrupção de combustível com uma largura nunca inferior a 10 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais.” \*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, impor que se respeite uma faixa de interrupção de combustível com uma largura nunca inferior a 10 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais, conforme proposto na informação. \*\*\*

### **8.3 – PROCESSO 119/2010 – Agostinho Manuel Luís Monteiro. \*\*\***

Presente o processo em epígrafe instruído com a seguinte informação do Gabinete Jurídico: “Face ao teor ao requerimento apre-

sentado pelo titular do presente processo, cumpre-nos informar o seguinte: Pretende o requerente que a faixa de protecção imposta por deliberação da Câmara Municipal de 22/07/2009, seja reduzida para 5 metros com o fundamento de que as árvores existentes no terreno vizinho serão em breve cortadas pelo proprietário. Ora, o motivo invocado pelo requerente, não é de per si, suficiente para sustentar uma alteração à dimensão da faixa de protecção imposta. Isto porque, não podemos proceder a uma redução da faixa já imposta, com base num facto que não se encontra sobre o controle e na esfera jurídica de quem o invoca. De facto, não existe qualquer garantia que as árvores serão cortadas pelo respectivo proprietário e, não o sendo voluntariamente, a Câmara Municipal não tem forma de *a posteriori* exigir tal corte. Não se pode pois basear uma alteração da faixa no comportamento de um terceiro, que nenhuma intervenção tem no âmbito do presente processo. Sendo consequentemente por esta via de indeferir o pedido. Todavia, e analisada com mais acuidade a situação e os factos dados como assentes e que estiveram na base da deliberação de 22 de Julho, constata-se que o prédio onde se pretende efectuar a operação urbanística, somente confronta com floresta por dois dos lados. Esses prédios possuem um declive extremamente acentuado e confinam com o local onde se pretende implantar a habitação na zona da crista do prédio. Isto é, são dois prédios com declives acentuados, em que a construção a erigir se situa no topo do prédio em que se pretende seja implantada, que por sua vez confronta com o topo do prédio vizinho. Ora, este declive reduz em muito o risco de incêndio, facto que não foi levado em consideração na informação inicial. Assim e em face desta redução, não se vê inconveniente em que a faixa de protecção seja reduzida para 5 metros. \*\*\*

O Vereador Paulo Teixeira referiu que no espaço de um ano a mesma Técnica dá dois pareceres, não é fácil de perceber. Uma obra que já podia estar concluída. Como estamos perante uma obra que já está iniciada, pergunta se já há algum processo de contra ordenação, ao que lhe foi respondido que não, pois isto poderá ter implicações legais. Lamenta que os serviços tenham levado um ano a alterar 5

metros, é com situações destas que se atrasa o desenvolvimento de um Concelho. \*\*\*

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com as abstenções dos Vereadores Paulo Teixeira e Vanessa Pereira, e os votos a favor dos restantes, reduzir a faixa de protecção para cinco metros, conforme proposto na informação. \*\*\*

#### **9- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.**

Não foram apresentados assuntos neste ponto. \*\*\*

#### **10- SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES. \*\*\***

##### **10.1 – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE BAIROS “OS CUCOS”. \*\*\***

A Associação “Os Cucos” tem em funcionamento um ATL, pretendendo incutir aqueles jovens a prática de natação. Desta forma, solicita autorização para a frequência da piscina municipal, durante o mês de Junho. O pedido vem acompanhado de informação favorável do Gabinete de Desporto. \*\*\*

A Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a utilização da piscina municipal de acordo com o calendário apresentado e no horário proposto pelo Gabinete de Desporto (das 10.00 às 10.40h), isentando-a do pagamento de taxas nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 6.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. \*\*\*

#### **11- DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA. \*\*\***

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Prorrogação de prazo de licença: R.417, R.409; Emissão de alvará: R.402; Projectos de especialidade: R.405; Destaque de parcela: R.406; Projecto de arquitectura: R.368; Inumação: R.2251; Licença para festa: R.2339, R.2341; Licença para ruído: R.2340, R.2342, Licença para prova desportiva: R.2347. \*\*\*

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no

RO. 27 Maio 2010.

artigo 92.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas. \*\*\*

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas doze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada. \*\*\*

E eu, \_\_\_\_\_, a redigi e subcrevi.

O Presidente,

\_\_\_\_\_  
Os Vereadores,

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_